

Senhora Presidente da Assembleia

Senhoras e senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo

Senhoras e Senhores Membros do Governo

Para que os Açores mantenham e fortaleçam o seu papel de paraíso atlântico há, obviamente, que dar aos seus habitantes a segurança e a qualidade de vida que lhes são devidas. Nesse sentido, e à semelhança do que vem sendo habitual, o Plano e o Orçamento para 2018 não esquecem a política social e as necessárias medidas que, cada vez mais, conduzirão à diminuição das situações de pobreza e de exclusão social.

Sociedade que se quer digna e coesa tem de atender às necessidades da sua infância e juventude, mas também dos seus idosos. As famílias das quais fazem parte, as comunidades onde estas se integram e os serviços que lhes servem de apoio merecem, por isso, igual atenção no Plano para 2018. O mesmo defendemos quer em relação aos públicos com necessidades especiais, cuja inclusão continua a ser promovida, quer no combate às desigualdades sociais nas suas diversas formas.

Consequentemente, o Governo Regional, através da Secretaria Regional da Solidariedade Social, efetuou um esforço no melhoramento e no investimento de novos equipamentos sociais, na área da infância e juventude, contribuindo, assim, de forma decisiva, direta ou indiretamente para a atenuação e diminuição da pobreza e/ou exclusão social.

Neste momento, as nossas crianças e os nossos jovens contam com mais de 300 respostas, com uma capacidade instalada de 13 mil vagas nas diferentes valências, espalhadas pelos 19 concelhos da nossa região.

A par desta realidade o grupo parlamentar do PS salienta o alargamento das faixas etárias abrangidas pelos centros de atividades de tempos livres, que irão dos 3 aos 18 anos.

Dando também resposta a estas situações, o Comissariado dos Açores para a Infância, implementado pelo Governo do PS, assume, na região, as atribuições e competências da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção de Crianças e Jovens, bem como as de coordenação regional das Comissões de Proteção instaladas nos Açores. A estas últimas há que continuar a dar formação e o apoio técnico necessários para, com segurança, melhor responderem às

especificidades das situações de perigo, a fim de chegar à completa recuperação das crianças e jovens da região.

No domínio da Solidariedade Social, a manutenção e constante atualização de um conjunto de apoios específicos do Governo Regional, nos quais se inserem os complementos regionais às pensões e abono de família, o complemento destinado aos doentes oncológicos e o Complemento para a Aquisição de Medicamentos pelos Idosos, vulgo COMPAMID, é outro importante objetivo.

Outra preocupação passará por assegurar que os beneficiários que transitaram automaticamente para a Prestação Social de Inclusão vejam garantido o benefício do Complemento Regional de Pensão.

Senhora Presidente da Assembleia

Senhoras e senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo

Senhoras e Senhores Membros do Governo

Nos últimos anos, o Governo Regional e o Partido Socialista têm vindo a construir um percurso em parceria com as Instituições Particulares de Solidariedade Social e Misericórdias dos Açores, Casas do Povo, Centros Sociais

e Paroquiais, bem como outras entidades sem fins lucrativos, com o objetivo de melhorar o atendimento e o serviço prestado aos açorianos. No entanto, a cooperação com estes parceiros assenta em princípios base de valorização e respeito profundo pela identidade e autonomia dos mesmos.

Prova disso é o aumento do valor padrão que o Governo irá pagar às Instituições Particulares de Solidariedade Social e Misericórdias no próximo ano, sendo também revistas as majorações previstas em função do grau de dependência dos utentes em estrutura residencial para idosos.

Numa altura em que já se realizaram muitos investimentos na área da solidariedade social e em que as infraestruturas planeadas já tiveram um nível de execução excelente, é tempo de reforçar a aposta nas pessoas, investindo-se não só nos equipamentos, mas cada vez mais nas políticas de apoio que passam pela criação e reconstrução de estratégias de intervenção.

Sendo assim, o Governo Regional socialista apresentará brevemente a proposta do documento “Estratégia Regional de Combate à Pobreza e à Exclusão Social.” Esta iniciativa governamental demonstra a vontade de olhar o problema de frente, estando a ser construída de forma participada, com

elementos de grupos de diferentes áreas, que vão desde a área social à educação, saúde, economia e outras.

Merecem o nosso apoio as iniciativas destinadas à habitação, quer no que toca à estratégia para recuperação da habitação degradada, quer no que diz respeito às políticas de apoio direto às famílias, nomeadamente através do incentivo ao arrendamento, de parcerias com as autarquias locais e com instituições de solidariedade social.

A implementação de empreendimentos habitacionais de planificação moderna, que leva em conta os atuais padrões de eficiência e sustentabilidade ambiental, fazem também parte do desafio do Governo para 2018, que assim aposta numa edificação planeada para o futuro.

Senhora Presidente da Assembleia

Senhoras e senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo

Senhoras e Senhores Membros do Governo

Termino a minha intervenção, lembrando que os nossos principais propósitos são a autonomização das famílias na comunidade em que estão inseridas, em detrimento de políticas de carácter assistencialista e de emergência. São,

por isso, transversais a todas as áreas, havendo preocupação constante com as famílias e empresas açorianas, com a valorização dos nossos recursos e com o desenvolvimento sustentável dos Açores.

Reafirmamos, assim, o compromisso e a ambição de continuarmos a renovar com confiança as políticas sociais sustentáveis.

Orgulhosos do passado, olhamos o futuro com grande sentido de responsabilidade, sabendo que nos compete dar continuidade e reforçar o projeto que temos vindo a cumprir.

Disse.

Horta, 27 de novembro de 2017